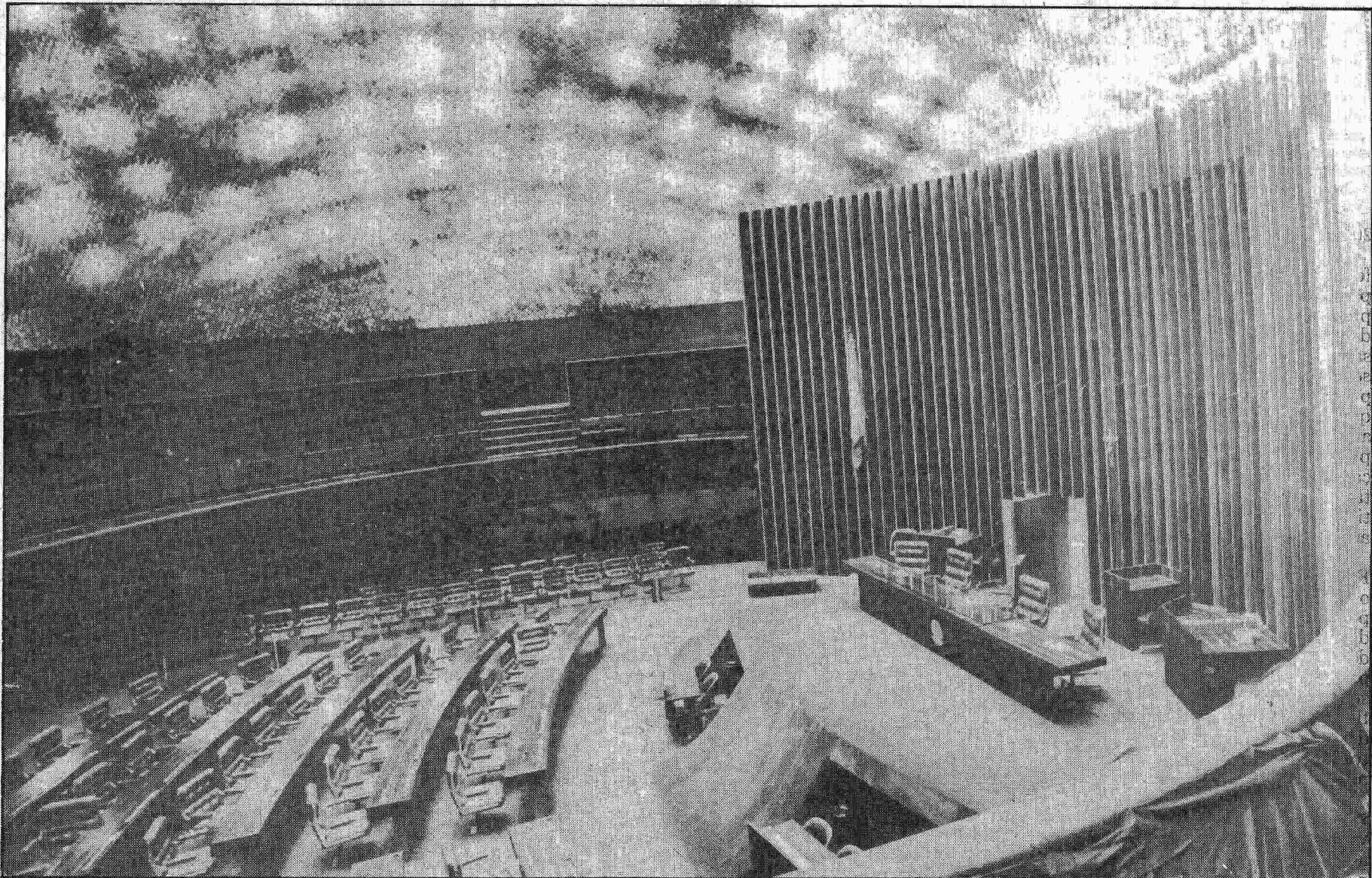


Representação ainda é tema indefinido

O debate em torno da representação política para o Distrito Federal voltou à ordem do dia na semana passada com a emenda do deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-MA) que poderá ter o mesmo fim das proposições anteriores, todas elas vetadas pelo Governo. A questão, portanto, continua indefinida. De um lado as lideranças do PDS manifestam-se contrárias à medida, fiéis a orientação do Palácio do Planalto. De outro estão os partidos de oposição, todos eles favoráveis à representação política. Tudo indica que a luta vai continuar, pelo menos essa é a disposição dos oposicionistas, para quem não se justifica que uma cidade como Brasília, com mais de um milhão de habitantes, não tenha representantes para defender os interesses de sua população.



O Congresso vazio espera a representação de Brasília

Como líderes do governo, o senador Jarbas Passarinho e o deputado Nelson Marchezan adotam a mesma posição do Palácio do Planalto sobre a hipótese da criação de representação política para o Distrito Federal. O governo não tem uma posição oficializada, a não ser a tendência de rejeitar qualquer proposta de emenda constitucional nesse sentido. Por isso o mais provável é que a emenda apresentada na semana passada pelo deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-MA), criando representação política para o DF no Senado e na Câmara, tenha o mesmo fim das propostas dos senadores Itamar Franco (MG) e Henrique Santillo (GO), ambos do PMDB, rejeitadas no ano passado. Naquela ocasião a Arena recusou até uma proposta mais modesta do deputado Albérico

Três propostas parlamentares já foram rejeitadas no ano passado pelas autoridades federais.

Cordeiro (AL), a qual dava poderes à Câmara dos Deputados legislar para o DF, a exemplo do que já faz o Senado através da Comissão do DF.

Mesmo com essa tendência do governo, o senador Passarinho arrisca admitir, no futuro, que Brasília seja representada no Senado. Ele justifica que pelo fato de Brasília ser hospede dos Três Poderes da República, configurando-se uma cidade eminentemente administrativa e com o agravado de ser hospede do presidente da República, as eleições para deputados estaduais (no caso de ser criada a Assembleia Legislativa), deputados federais e senadores tumultuariam muito a vida da cidade.

Jarbas Passarinho não afirma todavia, que a Comissão do DF é suficiente para legislar para a cidade, ou mesmo que corresponda aos anseios de sua população. Desse ponto de vista discordam todos os membros da Comissão do DF.

O deputado Marchezan diz não ter um juízo formado sobre representação política para Brasília, mas entende que "trata-se de uma cidade com características especialíssimas por ser sede do poder político nacional. E como tal, tem recebido tratamento especial. Isso lhe traz vantagens e encargos. Por isso entendo que é sob esse aspecto que Brasília deve ser analisada".

— Sobre representação política não tenho posição, porque se a defendesse colocaria Brasília desde logo ao nível de todas as demais capitais, — disse Marchezan — você alega que o Rio de Janeiro tinha representação política. Ocorre que o Rio não foi uma cidade criada para ser capital. Primeiro ela foi fundada natural-

mente, depois é que se tornou capital.

Em termos de comparação com o Rio de Janeiro, o pensamento do senador Passarinho se aproxima um pouco da posição de seu colega Marchezan. Passarinho entende que a idéia de criação de representação política para o DF tem que ser maturada, debatida a longo prazo para depois chegar-se a uma decisão. A propósito ele indaga dos jornalistas quantos anos o Rio de Janeiro esperou para ter sua representação política.

A Comissão do Distrito Federal compete discutir todas as matérias, sobre o Distrito Federal, sujeitas a aprovação do Senado. A Constituição determina, através dos artigos 15, 42 e 122, as atribuições do Senado, relativas ao DF:

— Caberá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do DF.

— O governador é nomeado pelo presidente da República.

— Compete ao Senado aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha do governador do DF, bem como dos conselheiros do Tribunal de Contas do DF.

Atualmente cabe à Comissão do Distrito Federal discutir todas as matérias sobre o DF que estão sujeitas à aprovação do Senado.

Para legislar sobre o Distrito Federal esses dispositivos constitucionais não são, contudo, suficientes, segundo o entendimento dos senadores que mais se dedicaram à Comissão do DF, a exemplo do senador Catete Pinheiro (Arena-PA) e Itamar Franco (PMDB-MG), atual vice-presidente daquele órgão. Ambos são defensores intransigentes da idéia de criação de representação política para Brasília. São também autores de propostas de emenda à Constituição, nesse sentido, rejeitadas pela ex-Arena.

Ambos justificam que Brasília já atingiu sua maioridade política, seus problemas se avolumam e, na mesma proporção, as reivindicações da população brasileira, o que está a exigir a criação da representação política.

Opinião idêntica tem o deputado Eptácio Cafeteira, autor da mais recente emenda à Constituição criando representação política para o DF: "É chegada a hora de Brasília ter a sua vez na política. Quando a cidade atinge os 20 anos, dois a mais, portanto, de sua maioridade eleitoral, com a população beirando um milhão

de habitantes, não se vê razão para que ela não tenha assegurada a sua representação no Congresso Nacional".

— Não perduram, porque destituídas de fundamentos, as alegações de que Brasília seria fria ou abúlica do ponto de vista político, — justifica Cafeteira — Os exemplos de participação e de calor político ao longo de sua existência, falam por si só. Quem não se recorda das manifestações estudantis brasileiras, que muitas vezes foram pontos de partida para movimento nacionais? O que dizer das cem mil pessoas que acompanharam Juscelino Kubitschek ao Campo da Esperança?

É tanta a vontade política e eleitoral do povo brasileiro, segundo ele, que uma simples eleição para presidente da Associação Comercial é disputada com o maior entusiasmo e vibração. O mesmo se dá com a eleição dos clubes recreativos, quando a cidade parece toda mobilizada eleitoralmente.

Outro defensor de representação política para o DF é o senador Afonso Camargo (PP-PR), que acompanha no dia a dia o funcionamento incipiente dos trabalhos da Comissão do DF. Para ele a realidade vai mostrar a necessidade de Brasília ter sua representação política no Congresso Nacional, na medida em que os problemas da população brasileira se avolumam, tornando a Comissão do DF um órgão muito aquém da realidade do Planalto Central.

— As atribuições da Comissão do DF não são suficientes para legislar sobre o DF e defender os interesses de sua população, — justifica o senador — E não basta aumentar essas atribuições, porque a Comissão vai se caracterizando por ineficiência na medida em que a população aumenta e, na mesma proporção, seus problemas. Essa experiência estamos vivendo hoje com o problema dos lotes da Ceilândia.

No seu entendimento o esforço que o presidente da Comissão, em exercício, senador Lázaro Barbosa, vem fazendo para encontrar uma solução satisfatória para a Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, é grande, mas prova ao mesmo tempo a necessidade de Brasília ter seus próprios representantes no Congresso Nacional.

Justifica também que, por maior interesse que tenham os membros daquela Comissão, a dedicação aos problemas brasileiros é pequena, pois eles acumulam problemas de seus estados e em razão disso não têm condições de exercer plenamente os deveres de legislador do DF.

Nos quatro partidos de oposição — PMDB, PP, PTB e PT — a defesa de uma representação política para o Distrito Federal tem sido feita não apenas através de inúmeros pronunciamentos, como também na apresentação de diversos projetos, dos quais se des-

taca o mais recente, apresentado ao plenário no dia 11 deste mês, de autoria do deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-MA).

Os presidentes Ulysses Guimarães (PMDB) e Tancredo Neves (PP) que, isoladamente, sempre se manifestaram a favor dessa representação política, tiveram a oportunidade de ouvir, quando da instalação da sede do PTB em Brasília, no mês passado, que essa também é uma reivindicação dos trabalhadores.

Tancredo Neves revela que "essa sempre foi uma aspiração do presidente Juscelino Kubitschek." O presidente do PP acha "inconcebível que, até hoje, essa justa aspiração do povo brasileiro ainda não tenha sensibilizado o Governo".

Ulysses Guimarães, outro também que usufruiu da intimidade de JK e que foi também um dos últimos políticos a estar com o ex-presidente, antes de sua morte, confirma que "Juscelino, como grande es-

Tancredo considera inconcebível que uma cidade como Brasília, permaneça ainda sem representatividade política.

tadista que era, gostaria de ver a cidade que criou participar efetivamente dos debates políticos do país".

— Essa é uma das metas do PMDB e dos demais partidos de oposição. Acho que também deve ser a de todos os congressistas, independentemente de partidos. Nossos parlamentares têm insistido, através de projetos, na concretização dessa aspiração do brasileiro" — afirma o presidente do PMDB.

O deputado Aldo Fagundes, secretário-geral do PMDB, em uma das últimas reuniões da Comissão Diretora do partido, foi encarregado de estudar a questão da formação de um diretório do PMDB no Distrito Federal, à luz da última reforma na Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Aliás, o representante gaúcho é um dos mais entusiasmados do voto para o brasileiro, sustentando que "é hora de os títulos eleitorais aqui saírem da moldura das paredes. Precisam ser usados, como afirmação de cidadania plena. Pode-se dizer que Brasília tem população mas ainda não tem povo, isto é, um grupo social com aptidão para o auto-governo, decidindo sobre seu destino e o seu futuro".

O deputado Aldo Fagundes é autor de um projeto, em tramitação desde a legislatura passada, criando o "Conselho Comunitário de Brasília". Seria, segundo o parlamentar oposicionista, um órgão de representação pelo menos da comunidade. O Conselho seria formado por delegados de entidades de classe, como OAB,

Instituto dos Arquitetos, Associação Comercial, Associação dos Professores e outras.

Embora esteja pronto para a ordem do dia, com parecer favorável nas comissões técnicas, o projeto ainda não foi a plenário para votação.

— Este projeto corresponde a uma fase na luta pela representação do brasileiro. Hoje, considero o projeto tímido, porque a opinião pública já está bem motivada para a representação política propriamente dita. Acho indispensável a existência de uma tribuna para o brasileiro expor o seu pensamento e a sua vontade. Quem diz, por exemplo, se um novo estádio de futebol é mais necessário do que o saneamento básico no Lago Sul ou a urbanização da Ceilândia? Brasília tem quatro estádios de futebol: dois no plano Piloto, um em Taguatinga e outro no Gama. Quem diz que um viaduto é mais urgente do que uma escola? Quem julga se uma obra pública, onde foram gastos milhões e milhões, como a bela fonte sonora, deve ser derrubada? Não há órgão de representação nem política nem comunitária para este tipo de crítica que, afinal, é um forma de ajudar o Governo. Aqui em Brasília o Governo elabora o Orçamento e ele mesmo as prioridades, sem dar satisfação a ninguém. E isto que desejamos ver alterado. A abertura política não pode excluir a voz do brasileiro" — afirma Aldo Fagundes.

Os parlamentares que mais se preocuparam com projetos de representação política para o Distrito Federal foram entre outros, Catete Pinheiro, Itamar Franco, Lázaro Bar-

A proposta de emenda à Constituição do deputado Cafeteira foi subscrita por 170 deputados e 30 senadores.

boza, o próprio Aldo Fagundes, Heitor Alencar Furtado e, agora, Eptácio Cafeteira.

No ano passado, as proposições desses parlamentares foram anexadas à do senador Catete Pinheiro. As propostas eram em dois níveis: a de uma representação local, com Assembleia Legislativa e, outra, nacional, com senadores e deputados eleitos pelos brasileiros.

No Congresso Nacional, há uma opinião generalizada de que a Comissão do Distrito Federal, por mais que se empenhem seus integrantes, nunca pôde exercer realmente seu papel. Recorda-se, a propósito, que no episódio conhecido como "o escândalo do leite", ocorrido na gestão anterior, as autoridades envolvidas no assunto negaram-se a comparecer à Comissão, numa flagrante prova de sua impotência.

A proposta de emenda à Constituição, do deputado Eptácio Cafeteira, foi subscrita por 170 deputados e 30 senadores. Ela cria uma comissão mista permanente do Congresso, composta dos futuros representantes brasileiros, para cuidar exclusivamente dos problemas de Brasília, juntamente com suas cidades-satélites".

O deputado Cafeteira está em Brasília desde 1961. Ele já apresentou uma dezena de projetos, entre os quais três emendas constitucionais, sobre a representação política no Distrito Federal. Entre os 200 parlamentares que assinaram sua emenda constitucional estão os próprios líderes do PMDB na Câmara e Senado, Freitas Nobre e Paulo Rossiard, respectivamente; o presidente da comissão de constituição e Justiça da Câmara, deputado Djalma Marinho; os secretários-gerais do PP., Miro Teixeira, e do PMDB, Aldo Fagundes; o líder do PTB no Senado, Leite Chaves; o líder do PP no Senado, Gilvan Rocha, e outros, representantes de todos os partidos políticos no Congresso Nacional.

O deputado Eptácio Cafeteira, ao apresentar sua proposta de representação política para o Distrito Federal, disse "que ela é, antes de mais nada, o presente de legislador e de candango a esta cidade que agora completa seus 20 anos sem que tenha o direito de influenciar nas decisões nacionais, através do voto e de uma representação própria no Congresso Nacional".

Segundo ele, "a emenda visa, no fundo, corrigir um erro histórico e até mesmo jurídico, pois, na condição em que se encontra atualmente o cidadão de Brasília, ele poderá ser colocado em pé de igualdade com os condenados, os que não sabem expressar-se em língua nacional e os analfabetos, pois estes são os únicos casos em que a Constituição veda expressamente o direito a voto".

Ao explicar o artigo em que ele limita a representação do Distrito Federal ao Congresso Nacional, Eptácio Cafeteira afirmou que "a criação de um legislativo distrital (Câmara de Vereadores ou Assembleia Legislativa) poderia dar margem à repetição de erros e distorções do passado, tão acen- tuados na caricatura do apelido "Gaiola de Ouro", como era chamada a antiga Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, então capital da República".

Quanto à comissão mista permanente, composta de senadores e deputados (somente os eleitos por Brasília), também prevista no projeto, o deputado disse que a intenção é que "ela dedique-se, única e exclusivamente aos problemas brasileiros, hoje entregues a uma mera comissão do Senado, composta de senadores representantes dos vários estados da Federação que, devido ao seu envolvimento com as bases eleitorais, não têm tempo nem mesmo de saber onde ficam o Guará, a Ceilândia, ou Sobradinho".